



# **Câmara Municipal de Assis**

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144  
Site: [www.assis.sp.leg.br](http://www.assis.sp.leg.br) – e-mail: [cmassis@camaraassis.sp.gov.br](mailto:cmassis@camaraassis.sp.gov.br)

## **PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

### **PROJETO DE LEI Nº 41/2020**

**Relator: Vereador Vinícius Guilherme Simili**

Cuida-se de Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal, que visa obter autorização para proceder à abertura de crédito adicional especial, no valor de R\$ 24.528,26 (vinte e quatro mil quinhentos e vinte e oito reais e vinte e seis centavos), junto a unidade orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social, para possibilitar a utilização de saldos existentes em contas correntes referentes ao projeto de desenvolvimento sócio territorial junto aos conjuntos habitacionais Residencial Alda Carolina I e II e Residencial Colinas e que devem ser reprogramados para utilização no exercício seguinte..

I- Para arcar com as despesas decorrentes deste projeto, nota-se que serão utilizados os seguintes recursos: R\$ 4.765,50 (quatro mil setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos) provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019, a ser verificado na Agência 0284-6 da Caixa Econômica Federal, Conta Corrente 71004-5, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964, R\$ 4.751,43 (quatro mil setecentos e cinquenta e um reais e quarenta e três centavos) provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019, a ser verificado na Agência 0284-6 da Caixa Econômica Federal, Conta Corrente 71005-3, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei

II- 4.320 de 17 de Março de 1.964, R\$ 4.294,63 (quatro mil duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e três centavos) provenientes de superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial do Exercício de 2019, a ser verificado na Agência 0284-6 da Caixa Econômica Federal, Conta Corrente 71006-1, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso I da Lei

4.320 de 17 de Março de 1.964, R\$ 5.076,70 (cinco mil, setenta e seis reais e setenta centavos) provenientes de excesso de arrecadação a ser verificado na Receita (1718.10.3.1.08.00) durante o Exercício de 2020, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964, R\$ 2.920,00 (dois mil novecentos e vinte reais) provenientes de excesso de arrecadação a ser verificado na Receita (1718.10.3.1.09.00) durante o Exercício de 2020, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964 e R\$ 2.720,00 (dois mil setecentos e vinte reais) provenientes de excesso de arrecadação a ser



# **Câmara Municipal de Assis**

Estado de São Paulo

Rua José Bonifácio, 1001 – CEP 19800-072 – Fone/Fax: (18) 3302-4144  
Site: [www.assis.sp.leg.br](http://www.assis.sp.leg.br) – e-mail: [cmassis@camaraassis.sp.gov.br](mailto:cmassis@camaraassis.sp.gov.br)

---

verificado na Receita (1718.10.3.1.10.00) durante o Exercício de 2020, nos termos do disposto no artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320 de 17 de Março de 1.964.

Cumprido destacar que, em conformidade com o disposto no artigo 41, inciso II, da mencionada Lei Federal, os créditos adicionais destinados às despesas para as quais não haja dotação específica são classificados como especiais.

Ressaltamos, ainda, que, nos termos dos artigos 58, IV, da Lei Orgânica do Município de Assis, e 174, IV, do Regimento Interno da Câmara Municipal, a iniciativa de projetos de leis que disponham sobre matéria que autorize a abertura de créditos é privativa do Prefeito Municipal.

Portanto, de acordo com os preceitos constitucionais, legais e regimentais, manifesto-me de forma favorável à discussão e votação da presente propositura em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, 13 de maio de 2020.

**Vinícius Guilherme Simili**  
**Relator**

*Documento assinado digitalmente nos termos da MP 2.200-2/2001 e da Resolução Municipal nº 189/2015.*

